

CÂMARA DE VEREADORES DE TERRA DE AREIA
SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente: Manoel Pedro de Andrade
Secretária: Elizete Ferreira

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas, reuniram-se os seguintes Vereadores, Elizete Ferreira, Josuel Schneider, Lindonês K. dos Santos, Lucas Justin Vieira, Lucimara da Silva, Manoel Andrade, Márcio Ferrari, Mônica de Souza e Pedro Henrique Gross de forma presencial. Assim havendo número regimental de Vereadores, neste momento o Senhor Presidente irá realizar a leitura de um pequeno texto da BÍBLIA SAGRADA. Logo após o mesmo colocou em discussão e votação a ata da Sessão Ordinária do dia 03/08/2026, que foi votada e aprovada por unanimidade. Em seguida solicitou a Senhora Secretária para fazer a leitura do **EXPEDIENTE: DO LEGISLATIVO: Pedido de Providência nº 18/2026** – Solicita-se, com urgência, o conserto de um buraco de grandes proporções na Rua Três, no bairro Boa Vista, bem como a regularização de um valo aberto e a retirada da terra deixada sobre a via.

LÍDERES DE BANCADA. Líder de Bancada do PP - Vereador Josuel Schneider: Cumprimentou a Mesa Diretora, demais colegas Vereadores, servidores desta casa e a todos que assistem. O parlamentar iniciou relatando as diversas comunicações recebidas em razão do evento climático ocorrido na noite de quinta-feira, que atingiu o município e causou danos expressivos, com a queda de numerosos postes e árvores. Relatou que, na sexta-feira seguinte, realizou visitas às áreas afetadas, tendo se encontrado com a vereadora Mônica, com quem percorreu, a pé, os locais atingidos, a fim de dimensionar os estragos e subsidiar a cobrança junto à concessionária Equatorial. Destacou que o bairro Boa Vista foi um dos mais castigados pelos ventos, havendo árvores próximas a residências e até casas atingidas, e observou que, felizmente, não houve danos maiores, embora o risco de tragédia tenha sido real em alguns pontos, com fios e cabos rompidos ao longo das vias. O vereador manifestou indignação com a demora e a ineficiência do serviço prestado pela Equatorial no município e na região, afirmando não ser esta uma situação nova. Segundo ele, a concessionária atua de forma meramente reativa, "apagando incêndios" após os fatos, sem qualquer manutenção preventiva não havendo rondas regulares, substituição de postes em dias de bom tempo, tampouco poda preventiva de árvores próximas à rede. Ressaltou ser previsível que, diante de uma intempérie mais forte, postes sem manutenção venham a cair, resultando nos transtornos observados. Mencionou que, em sua própria residência, chegou a permanecer oito dias sem energia elétrica, situação que classificou como inadmissível. Reconheceu que a responsabilidade maior sobre a cobrança recai sobre o Poder Executivo municipal, a quem cabe formalizar ofícios, efetuar cobranças e adotar as medidas cabíveis junto à concessionária. Criticou a morosidade com que as situações são tratadas no município, defendendo que se trabalhe com prevenção, e não apenas reação aos fatos consumados. Citou o caso de municípios que perderam produtos armazenados em freezers como carne de criações próprias, incluindo suínos e bovinos, resultando em prejuízos estimados em quatro a cinco mil reais por família, valor integralmente perdido em razão da falta de energia. O vereador defendeu a necessidade de intensificar a cobrança sobre o que classificou como um serviço "mediocre" prestado pela Equatorial à população, relatando que a bancada, dentro de suas atribuições, mantém

contato com uma representante da concessionária, identificada como Ivanise, a quem são encaminhadas as demandas mais urgentes, nem sempre solucionadas em razão do volume de chamados e da falta de efetividade da empresa. Criticou ainda a falta de capacidade de planejamento da concessionária, relatando um episódio em que uma equipe permaneceu mais de uma hora parada em uma via, sem realizar qualquer intervenção, à espera de autorização para atuar na rede, enquanto o município permanecia às escuras — situação que classificou como inadmissível e reveladora da desorganização do serviço prestado. Durante as vistorias realizadas nas localidades de Sanga Funda e Boa Vista, entre outras regiões da cidade, o vereador constatou a existência de um buraco de grandes proporções na Estrada da Boa Vista, sobre o qual já foi protocolado pedido de providências. Segundo relatou, o problema decorre, aparentemente, de uma canalização de bueiro sob a via, configurando risco relevante de acidentes, sobretudo para motociclistas e condutores de veículos que possam ter a roda subitamente engolida pela cavidade. Relatou ainda outra situação, sobre a qual não houve tempo hábil de formalizar pedido de providências, localizada na entrada do bairro Boa Vista, na esquina próxima ao estabelecimento de Milton do Táxi, onde um problema na cabeceira de um bueiro tem impedido a manobra de caminhões de maior porte. Segundo relatos de moradores, o secretário responsável já teria sido informado e teria inclusive comparecido ao local, sem que, contudo, o problema tenha sido efetivamente solucionado até o momento situação que, para o vereador, exemplifica demandas que acabam esquecidas ao longo do tempo. Por fim, o vereador retomou tema que, segundo afirmou, vem sendo por ele reiteradamente cobrado e continuará sendo enquanto permanecer no exercício do mandato: os critérios utilizados pela Secretaria de Obras para o atendimento de agricultores com serviços de maquinário. Afirmou desconhecer qual metodologia vem sendo adotada para a definição dos beneficiários, uma vez que, segundo apurou, o critério não observa a ordem cronológica de protocolo, havendo casos de solicitações pendentes há quase dois anos sem atendimento, enquanto outros produtores são contemplados em prazo mais curto. O vereador solicitou publicamente esclarecimentos sobre os critérios adotados para a priorização dos atendimentos, manifestando indignação com o que descreveu como uma possível falha de fiscalização ou de organização no sistema, questionando por que razão determinados produtores recebem o serviço enquanto vizinhos, em situação similar, permanecem sem atendimento. Classificou como inaceitável que municípios tenham que, em suas palavras, "mendigar" por um direito legalmente assegurado ao agricultor o serviço de seis horas de máquina por bloco ao ano, e relatou a necessidade de reiteradas cobranças pessoais junto ao gabinete do prefeito para a efetivação desses atendimentos. Concluiu defendendo que cabe à Casa cobrar explicações sobre os critérios utilizados e sobre as razões da morosidade no atendimento das demandas, agradecendo, por fim, ao presidente pela oportunidade de uso da palavra. **Líder de Bancada do MDB - Vereador Lucas Justin Vieira:** Cumprimentou a Mesa Diretora, demais colegas Vereadores, servidores desta casa e a todos que assistem. Retomando o tema da iluminação pública e da rede elétrica, o vereador solicitou à assessora a impressão de documentação pertinente, a ser apresentada posteriormente em plenário. Relatou que, após reunião realizada em meados de fevereiro, dirigiu-se ao Ministério Público de Terra de Areia e ingressou com ação visando cobrar da CEEE Equatorial a adoção de providências efetivas. Recordou

que, na ocasião, a concessionária afirmou haver investimentos em curso na rede, com substituição de diversos postes fato que, segundo observou, é verificável em alguns pontos do município, porém sem que existisse um plano de contingência estruturado. Defendeu que, caso fosse adotada manutenção preventiva regular, com a substituição programada de cerca de vinte postes por mês, ao final de um ano ter-se-ia alcançado um número expressivo de trocas destacando que essa não é uma realidade exclusiva de Terra de Areia, mas um quadro de fragilidade observado em todo o Rio Grande do Sul. O vereador informou ter protocolado formalmente essa demanda junto ao Ministério Público, apresentando o respectivo número de processo, e leu trecho de sua manifestação, na qual apontava a existência de inúmeros postes inclinados ou com escoramento improvisado nas localidades de Boa Vista, Sanga Funda e no centro do município, recomendando que a substituição tivesse início por esses pontos, dada a fragilidade da rede diante da previsão de temporais e demais eventos climáticos adversos para o ano em curso sob risco de o município permanecer por diversos dias sem abastecimento de energia elétrica. Destacou que tal manifestação foi protocolada ao final de março, com resposta enviada à concessionária em abril, caracterizando o ocorrido como "uma tragédia anunciada", da qual, segundo afirmou, já se tinha conhecimento prévio, sem que providências tivessem sido adotadas a tempo. Mencionou que o Poder Executivo municipal ingressou com ação visando à aplicação de multa à concessionária, no intuito de acelerar as providências necessárias, reconhecendo tratar-se de uma tentativa válida, ainda que insuficiente diante da urgência de munícipes que permanecem dias sem energia e, em muitos casos, também sem abastecimento de água, especialmente na zona rural. Reiterou que, havendo novos eventos climáticos de intensidade semelhante, a queda de postes voltará a ocorrer, em razão do estado de deterioração da rede, para a qual não têm sido observados investimentos condizentes por parte da concessionária. Informou que disponibilizaria posteriormente, em suas redes sociais, a documentação relativa às cobranças realizadas, tendo em vista os questionamentos recorrentes da população quanto à atuação dos vereadores e do Executivo municipal diante da situação. Fez referência a conversa mantida com colega vereador acerca da possibilidade de solução emergencial, mediante contratação, pelo próprio município, de serviço para reparo da rede. Externou, em nome da bancada do MDB, a angústia compartilhada pelos vereadores diante do fato de que os transtornos recaem sempre sobre o município, ao passo que os recursos financeiros decorrentes da concessão são direcionados à Equatorial, e não ao Poder Público municipal. Criticou a ineficácia dos canais de atendimento da concessionária como a central telefônica 0800 e o envio de mensagens de texto, sem qualquer previsão de solução, ressaltando que o próprio município permaneceu, por dois dias consecutivos, sem telefonia e sem sinal de internet. Defendeu a necessidade de manutenção preventiva efetiva, com substituição de postes, melhorias na rede e troca de transformadores mencionando casos de transformadores sobrecarregados, atendendo hoje número de residências muito superior àquele para o qual foram originalmente dimensionados. Relatou que, na condição de interlocutores do município junto à concessionária, os vereadores solicitam reiteradamente tais manutenções, sem que sejam devidamente atendidos, observando que, se à época da CEEE estatal a justificativa para a ausência de investimentos era a falta de recursos, tal justificativa não se sustenta atualmente, tratando-se de empresa privada. Reiterou que a queda de postes

não decorreu exclusivamente da força do vento, mas de um processo de deterioração preexistente, tendo os ventos apenas precipitado uma situação já latente. Informou dispor de documento comprobatório do protocolo junto ao Ministério Público, salientando não ter recebido, até o momento, qualquer retorno da concessionária quanto ao plano de execução para melhoria da rede, alertando que, na ausência de um plano efetivo de prevenção, o mesmo cenário tende a se repetir nos próximos anos ainda que os postes atualmente substituídos por material mais resistente não voltem a cair, outros virão a fazê-lo. Relatou que o centro do município permaneceu três dias sem água e sem energia elétrica, havendo localidades que, até o momento, seguem desassistidas em ambos os serviços. Destacou a atuação da Defesa Civil, por meio do agente Luiz Antônio, no fornecimento de gerador para abastecimento das caixas d'água, e mencionou que, na Sanga Funda cujos poços artesianos são de responsabilidade municipal, o restabelecimento prometido para sábado somente se efetivou no domingo, tendo a normalização do abastecimento ocorrido apenas no dia corrente. O vereador reafirmou sua indignação, na qualidade de líder da bancada do MDB, por haver alertado, já em março, sobre a probabilidade de tais transtornos, ressaltando que o município cumpriu sua parte preventiva, a exemplo da limpeza dos valos realizada para evitar problemas de inundação, enquanto a concessionária terceirizada não vem adotando as medidas preventivas cabíveis. Mencionou situação específica em que três postes foram sucessivamente instalados em um mesmo ponto, ao longo do tempo, em substituição uns aos outros, sem que se resolvesse a causa estrutural do problema. Defendeu a necessidade de um plano efetivo de melhoria da rede, lembrando que, por ocasião da privatização, havia a promessa de maior capacidade de investimento em relação ao período em que a concessionária era estatal expectativa que, segundo avaliou, não vem se concretizando. Sugeriu que, sendo necessário, o próprio município avalie projeto para viabilizar sua atuação complementar nessa questão, adiantando que um colega vereador discorreria posteriormente com mais detalhes sobre o tema, e concluiu que o Poder Público não pode permanecer inerte diante do desassistimento da população. Voltando-se ao vereador Josuel, manifestou entendimento de que, havendo indícios de tratamento não equânime nos atendimentos da Secretaria de Obras e Agricultura, cabe à bancada dialogar com o secretário responsável e com o prefeito, mediante reunião específica, a fim de esclarecer os critérios atualmente adotados. Defendeu que o modelo utilizado na gestão anterior de reuniões por localidade, com atendimento sequencial dos agricultores detentores de bloco de produtor, propriedade por propriedade, dentro de cada região mostrava-se mais equânime e eficiente, inclusive sob o aspecto econômico, por otimizar o deslocamento das máquinas entre propriedades vizinhas. Sugeriu que fosse formalizado pedido de informação junto ao Executivo, a fim de esclarecer os critérios atualmente empregados, propondo-se, na qualidade de líder da bancada do MDB, a articular reunião conjunta com o prefeito e o secretário competente para dirimir tais dúvidas, de modo a assegurar tratamento igualitário aos agricultores do município. Defendeu a retomada do modelo de atendimento por localidades, por conferir maior transparência ao processo exemplificando com a possibilidade de iniciar o atendimento pelo Arroio Bonito, avançando, na sequência, para as localidades de Sanga Funda, Passo do Centro e Ressaco, entre outras. Relatou que, segundo informações recebidas ao final do ano anterior, o objetivo seria atender agricultores cujos protocolos haviam ficado

pendentes, citando como exemplo o atendimento já realizado a três agricultores da localidade do Ressaco, entre os quais mencionou nominalmente o senhor Denis. Apontou, contudo, a existência de outros casos ainda pendentes de atendimento, citando três agricultores na região onde reside o senhor Dauto, no Arroio Bonito, além de outro produtor, nas proximidades da Rota do Sol, que também relatou pendência de atendimento este último tendo dialogado tanto com o próprio vereador quanto com o vereador Lindonês. Defendeu que, uma vez concluído o atendimento aos agricultores remanescentes dos protocolos anteriores, sejam realizadas novas reuniões para o estabelecimento de critérios claros de atendimento sequencial, de modo a conferir maior transparência ao processo e afastar qualquer dúvida quanto à isenção do serviço prestado. Concluiu afirmando que a Secretaria de Obras e Agricultura não pode eleger discricionariamente os beneficiários do serviço, devendo este ser prestado de forma igualitária a todos os agricultores do município, encerrando sua fala com votos de boa noite aos presentes e reiterando sua indignação quanto ao serviço prestado pela Equatorial. O Presidente passa de imediato para a **ORDEM DO DIA**: Não havendo nenhuma preposição para Ordem do Dia; o Senhor Presidente passa para o espaço de **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**: Sendo que fez o uso da palavra, a Vereadora Elizete Ferreira MDB, Vereador Márcio Ferrari e Vereador Lindonês K. dos Santos MDB. Nenhum Vereador mais querendo fazer o uso da palavra, neste momento o Senhor Presidente declara encerrada a presente Sessão e convida a todos para a próxima Sessão Ordinária que se realizará no dia 17 de agosto de 2026. Do que para constar, foi lavrada a presente Ata que foi digitada e são levantados os trabalhos. Eu, Secretária, a subscrevo juntamente com o Senhor Presidente e demais Vereadores.

Presidente

Secretária
